

Mercados institucionais como ferramenta ao desenvolvimento rural: análise da experiência de uma cooperativa na região sul do Rio Grande do Sul

ROSA, Janaína Silva da¹; SACCO DOS ANJOS, Flávio².

¹ Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/
janainasr2000@yahoo.com.br./CNPQ.

² Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)/ CNPQ

Área temática: Agricultura familiar e desenvolvimento rural

RESUMO:

Este artigo aborda questões analíticas referentes à instituição de mercados de compra direta da agricultura familiar no sul do Rio Grande do Sul, também chamados “mercados institucionais” (MI). Baseia-se nos dados coletados em seis meses de observação participante em uma cooperativa do extremo sul gaúcho, servindo como exemplo empírico para refletir a importância dos MI para o desenvolvimento rural. Partimos da premissa que a instituição de tais mercados influi positivamente na reprodução social e econômica das famílias agricultoras, contribuindo também para o desenvolvimento rural. Serão analisados estes mercados do ponto de vista da organização dos produtores, da melhoria da qualidade de vida dos agricultores e dos seus desdobramentos no âmbito local. Com a realização desse estudo objetiva-se o aperfeiçoamento da dinâmica dos MI e do papel do Estado através das políticas públicas específicas, quais sejam, O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Tal investigação é apoiada pelo CNPQ e envolve dissertação de mestrado a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, Mercados Institucionais, Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa o tema das políticas públicas relativas à reprodução econômica e social da agricultura familiar, sob o contexto multidimensional do desenvolvimento rural. Trata-se de uma análise de caso relativa à Cooperativa Sul Ecológica, que atua na região de Pelotas, inserida no mercado do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Busca-se, assim, identificar os aspectos positivos

e negativos desses mercados do ponto de vista do desenvolvimento rural entendido aqui como ampliação da qualidade de vida e das oportunidades das famílias rurais.

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar brasileira, até meados da década de 1990, resumiam-se em extensão rural e concessão de crédito para inovação tecnológica e apoio à produção. Essa perspectiva é reflexo do processo de “modernização conservadora” levado a cabo no Brasil desde a segunda metade da década de 1960 (SCHNEIDER 1995; KAGEYAMA, 2004; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2005; SACCO DOS ANJOS, CALDAS e GRIEP 2010). Com o empobrecimento rural e a concentração de terras- consequências deste processo, mais recentemente a atuação do Estado se dirige para a redistribuição fundiária (Reforma Agrária e Programas como o Banco da Terra), bem como a ampliação do acesso ao crédito (e.g. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Na última década tem-se a implantação dos chamados mercados institucionais (MI), tema sobre o qual versa este trabalho. Essa mudança de foco é resultado da pressão dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar que desde o final do período pós-ditadura militar intensificam sua atuação.

O fenômeno da modernização agrícola é parte de um processo mundial de tecnificação da produção agropecuária, também conhecido como Revolução Verde. É resultado da apropriação de tecnologias desenvolvidas, sobretudo durante as duas Grandes Guerras Mundiais. Os problemas socioeconômicos no meio rural (subordinação às grandes indústrias, diminuição de renda, êxodo rural-urbano, etc.) são reflexos da adoção deste modelo produtivo convencional cuja ênfase recai na vulgarização dos insumos modernos, levando igualmente à monocultura e a reconcentração fundiária. Não menos importantes são os problemas ambientais referentes ao esgotamento e contaminação do solo e ao desequilíbrio e perda da biodiversidade natural. (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2005; SACCO DOS ANJOS, CALDAS E GRIEP 2010.)

No Brasil a introdução dos chamados “pacotes tecnológico” foi incentivada e apoiada pelo governo militar e pelos órgãos de extensão e assistência técnica, na forma de um ideal de desenvolvimento econômico para o meio rural. Embora tal fenômeno tenha sido positivo do ponto de vista da balança comercial do país, é igualmente apontado como responsável pelo empobrecimento de muitos estabelecimentos agropecuários, assim como pela degradação dos recursos naturais e pela intensificação do êxodo rural já a partir dos anos 1970, o qual infla as cidades de pessoas sem que isso represente melhoria das condições de vida dos que permanecem no meio rural. (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2005).

O excedente de mão de obra e a concentração de terras (consequências do processo de modernização) mobilizam os agricultores. Os movimentos sociais do campo, nos anos 1980 denunciam a situação de exclusão social e econômica no meio rural brasileiro e a inviabilidade das políticas desenvolvimentistas do Estado autoritário. A partir dos anos 2000 temas como comercialização da produção, acesso a mercados e garantia de preço figuram entre as principais reivindicações desses movimentos. (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2008. SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2009) No cenário nacional destaca-se a mudança de perspectiva das políticas públicas ao meio rural, resultado direto da pressão dos movimentos sociais rurais. Esse processo é acompanhado pela mudança do direcionamento de pesquisas acadêmicas, focando agora na necessidade de mostrar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, como preservação de um estilo de vida e de uma cultura, e não apenas para o desenvolvimento produtivo das unidades de produção agropecuária.

Becker e Sacco dos Anjos (2008, p.1) afirmam que o quadro de crise econômica e produtiva acaba levando o Estado a tomar atitudes que venham a afirmar a agricultura familiar como ferramenta estratégica à promoção da soberania alimentar com produção diversificada de alimentos e matéria-prima. O debate sobre o desenvolvimento rural e a agricultura familiar ganha, assim, destaque. Para muitos essa forma de produção garante o abastecimento alimentar da população, ao mesmo tempo em que promove um desenvolvimento equilibrado em termos sociais e ambientais. (CARMO, 1998)

Hoje é recorrente o argumento que a vocação da agricultura familiar é a produção de alimentos enquanto a agricultura patronal e de larga escala dedica-se à produção de commodities, sobretudo de grãos para exportação. A agricultura patronal é baseada na monocultura, a qual implica em uso massivo de agrotóxicos, priorizando os mercados internacionais. O próprio Censo agropecuário (2006) destaca a importância da agricultura familiar na produção de alimentos para o mercado interno. Mas a importância da agricultura familiar pode ser vista de outras formas, sobretudo quando se sabe, segundo a mesma fonte, que ela é responsável por ocupar 74% da mão de obra contra 25,6% no caso dos estabelecimentos da agricultura patronal ou “não familiar”. (IBGE, 2006). Outro aspecto importante é que ela tende a ser mais diversificada, podendo ser possível a produção de alimentos em quantidade e qualidade (OLIVEIRA et al., 2012.). Alguns autores consideram, ademais, que o “segmento da agricultura familiar molda estilos de desenvolvimento rural que mantém relações positivas com os ecossistemas, criando empregos estáveis e dignos e dinamizando as economias.” (OLIVEIRA et. al., 2012. p.5). A geração de emprego e renda é

sublinhada pela diversificação de uso do espaço rural e pela possibilidade de práticas de exploração sustentáveis.

Dessa forma, como afirma Zander Navarro (2001. p.86), há dois momentos no discurso político e acadêmico acerca do desenvolvimento rural que merecem ser pontuados. Um primeiro, da década de 1970, de caráter conservador, apoiava-se na noção de desenvolvimento econômico como meio de desenvolvimento social. O outro, desde os anos 90 com os acontecimentos que culminaram na criação do PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar), com enfoque triplo no caráter econômico, social e ambiental. Esse período caracteriza-se também pelo espaço que a agricultura familiar ganha na criação e definição de políticas públicas.

Muller (2007) resgata a trajetória das políticas destinadas ao meio rural brasileiro: primeiro dirigem-se à distribuição de terras (estrutura fundiária) e em um segundo momento concentram-se no desenvolvimento de uma política previdenciária aos trabalhadores rurais. E por fim, com a instituição do Pronaf em 1996, direcionam-se à agricultura como forma social de produção. O objetivo desta política é gerar crédito para custear a produção agropecuária. Embora o Pronaf represente um marco na história da intervenção estatal na agricultura familiar (SACCO DOS ANJOS et. al., 2004.), concentra muitas críticas por restringir-se a uma mera política de custeio e também pelo montante disponibilizado à agricultura familiar ser muito inferior ao disponibilizado à agricultura patronal.

Para os efeitos desse trabalho importa dizer que a grande mudança se dá com a criação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), política pública instituída dentro do Programa Fome Zero, Lei Federal N° 10.696, de 2 de Julho de 2003, regulamentado pelo Decreto N° 4.772 de 2 de julho de 2003, alterado pelo Decreto N° 5.783, de 15 de agosto de 2006) e do PNAE (Lei 11.947 de junho de 2009, que determina que no mínimo 30% das verbas sejam destinadas à aquisição de alimentos da merenda escolar junto à agricultura familiar. As compras institucionais (doação simultânea, formação de estoque, venda para exércitos, hospitais, escolas e etc.) vêm ganhando espaço nas esferas de discussão política e acadêmica. Mostram-se como alternativa de afirmação da agricultura familiar e a promoção da soberania alimentar da população, sendo articulada com a noção de desenvolvimento rural.

É necessário diferenciar desenvolvimento agrícola, agrário e rural. Para Zander Navarro (2001, p.92) o desenvolvimento agrícola ou agropecuário é o desenvolvimento apenas da base produtiva que visa lucros e expansão econômica. Nesse contexto, “refere-se à base propriamente material da produção agropecuária.” (NAVARRO, 2001. p. 86) Englobando o desenvolvimento agrícola há o desenvolvimento agrário, que Zander Navarro (2001, p.93)

localiza como a veia marxista nas análises sobre a dinâmica do mundo rural na atualidade. A distribuição fundiária é o centro destes estudos, articulada em temas como instituições políticas, disputas de classe, relações de trabalho, conflitos sociais e etc. Navarro (2001, p. 93) cita exemplo desses estudos de cunho “metateóricos” a obra nacional de Graziano Silva.

Enquanto que desenvolvimento rural Navarro (2001, p. 88) conceitua como uma ação articulada que visa introduzir mudanças no meio rural. Nesta noção o papel do Estado é central, no sentido criar políticas que sirvam de instrumentos para articular ações de desenvolvimento. Destaca sua importância como esfera de legitimidade política para propor estratégias e mecanismos no sentido da mudança social. Os conceitos são múltiplos, embora destaquem a melhoria de vida no meio rural. A diferença está nas estratégias escolhidas, na prioridade que se dá a alguns processos em detrimento de outros “nas ênfases metodológicas”. (NAVARRO, 2001. p.89)

Schneider (2004) ao discutir o tema do desenvolvimento rural cita duas contribuições nacionais: de José Eli da Veiga e o, já comentado, Zander Navarro. Schneider destaca que a atual discussão do desenvolvimento busca alocar novos conceitos em detrimento de antigos é o que chama de novos ‘approaches’. Como a re-localização de rede de atores no lugar de agricultores, a ênfase no desenvolvimento territorial e local.

A corrente de Eli da Veiga, considerada por Navarro (NAVARRO, 2008) como representante da corrente agrária do desenvolvimento, explora dimensões territoriais e ambientais do desenvolvimento rural sob enfoque sistêmico. Esta perspectiva aponta para alguns elementos fundamentais no desenvolvimento rural, como:

[...] a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios (sobretudo através do estímulo aos setores de serviços e à pluriatividade), o estímulo ao empreendedorismo local e o empurrão que viria do Estado para formação de arranjos institucionais locais como os elementos-chave para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. (NAVARRO, 2008 p.98)

O desenvolvimento rural é a tentativa de ir além do desenvolvimento produtivista, afirmando as bases econômicas, sociais e ambientais de forma integrada. Baseado nas limitações e capacidades locais em direcionar pressões externas no sentido de fortalecimento da autonomia dos atores, “para promover a inclusão social e o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente.” (SCHNEIDER, 2004. p.98)

Caporal e Costabeber (2002) propõem um conceito multidimensional de sustentabilidade para o desenvolvimento rural sustentável. Para estes autores é imprescindível o respeito à biodiversidade e à diversidade sociocultural dos atores sociais do campo. Nesse contexto, “em sua formulação mais ampla, significa a realização de potencialidades sociais,

culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos”. (COSTABEBER e CAPORAL, 2003, p. 3). Tal proposta inclui três níveis compostos por diferentes dimensões. O primeiro nível é integrado pelas dimensões ecológica, econômica e social. O segundo nível pelas dimensões cultural e política, enquanto o último nível compreende a dimensão ética. A dimensão ética diz respeito à política na construção de um desenvolvimento sustentável, mas também a consciência de cada indivíduo no sentido de preservar o meio ambiente, priorizando redes e produtos locais.

O desenvolvimento implica, em última análise, a construção de justiça social em sintonia com a segurança econômica e com a exploração sustentável dos recursos naturais. Para isso é necessário uma nova forma de enxergar a complexidade dos processos envolvidos. Essa nova racionalidade reorientaria os processos produtivos e econômicos, sobretudo no que tange à comercialização e distribuição da produção, de forma a que a viabilidade econômica caminhe *pari passu* com o desenvolvimento social dos indivíduos e coletividades. A afirmação da identidade e diversidade cultural dos que praticam a agricultura são pilares essenciais desta construção. Enxerga-se que iniciativas de organização social são importantes no sentido de reunir forças e reconhecer os atores como atuantes na esfera política e social de suas comunidades.

Estes novos enfoques colocam ênfase na valorização da economia e da produção local, construção de redes autossustentáveis de comercialização, edificando uma lógica econômica diferenciada, que se baseia na retroalimentação do sistema regional e na redução da dependência de mercados externos. Com efeito,

As redes são responsáveis por estabelecer princípios de cooperação e qualidade, tomada de consciência, relação equitativa entre homens e mulheres e o processo de intercâmbio do comércio justo com instituições e entidades, entre as quais estão Às organizações de produtores, consumidores, agências de certificação, centrais de compras ou importadores do comércio justo, lojas de comércio justo, distribuidoras e postos de venda. (Oliveira e Melo, 2003. p.54)

A dimensão política é aquela responsável por articular e viabilizar as ações e ferramentas contempladas nas demais dimensões da sustentabilidade. Para tanto, é necessário um conjunto de políticas públicas e iniciativas governamentais que estimulem a produção familiar ecológica e tornem possível a comercialização local e a distribuição igualitária desses alimentos entre a população que deles necessita.

Trata-se da promoção da segurança alimentar da população via oferta de alimentos ‘limpos’ e nutritivos, não apenas das redes de comercialização local, mas principalmente através do estímulo ao consumo social (mercados institucionais). Mas esse esforço requer o

comprometimento dos governos (estaduais, municipais e/ou federal) em adquirir alimentos oriundos da agricultura familiar e fornecê-los à população em situação de risco alimentar.

Este novo enfoque de desenvolvimento rural busca romper com os limites impostos pela abordagem convencional, sobretudo quando converte o espaço rural em substrato exclusivo da produção agropecuária (SACCO DOS ANJOS, CALDAS e BEZERRA, 2007, p.10). Busca-se reconstruir a agricultura não apenas nos limites do estabelecimento agropecuário, mas em termos regionais, integrando os indivíduos na sociedade como um todo. O processo de desenvolvimento rural ainda é atualmente influenciado pela globalização. Para Schneider (2000) a interdependência de mercados que a globalização provocou gera uma reestruturação econômica produtiva e institucional que só pode ser percebida através de múltiplas facetas e dimensões do desenvolvimento rural.

Estudos enfocam os mercados institucionais e a questão da segurança alimentar em diferentes matizes. Investiga-se a importância destes mercados para a agricultura familiar, para o desenvolvimento rural e local (BELIK et. al., 2011) assim como as limitações e potencialidades destas políticas públicas (GRISA et. al. 2009; GRISA, 2007; 2009). Gazzola e Schneider (2005) articulam a implantação destes mercados a questão de comercialização e produção da agricultura familiar, estudando a lógica de mercantilização da agricultura.

Becker (BECKER et. al., 2011; BECKER e SACCO DOS ANJOS, 2008; 2010) estuda a importância da instituição destes mercados para a afirmação de atores sociais no campo “(...) uma vez que sua operação exige uma significativa concertação social, advinda da necessidade da efetiva participação de todos os implicados (agricultores, cooperativas, líderes comunitários, gestores públicos, etc.)” (BECKER et. al., 2011. p.2) Também se sublinha a valorização dos produtos oriundos de estilos de agricultura alternativa (como agricultura orgânica ou agricultura da base ecológica, entre outras). Assim, os mercados institucionais contribuem à afirmação de uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental. (BECKER et. al., 2011; BECKER e SACCO DOS ANJOS, 2010).

Considerando o exposto, pode-se imaginar que as políticas públicas que instituem os mercados institucionais podem ser abordadas como instrumento do desenvolvimento rural. Isso porque contribui para a afirmação da agricultura familiar, o crescimento econômico dos agricultores e do compromisso com a segurança alimentar para uma parcela importante da população (pessoas em situação de risco, escolares e etc.). Além disso, ao adquirir o alimento da agricultura familiar e doá-lo às instituições locais, os programas institucionais contribuem para valorização da produção local e para a formação de redes locais de comercialização.

Dessa forma, o presente artigo pretende contribuir nesse debate a partir de um estudo que analisa o contexto de uma cooperativa inserida nos mercados institucionais na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Considera-se que é relevante o fortalecimento deste tipo de organização social para alcançar objetivos mais amplos que ultrapassam a dimensão econômica. Em última instância, busca-se, assim, compreender em qual grau os mercados institucionais estão contribuindo para o desenvolvimento rural dessa região e das famílias rurais implicadas.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo propõe-se analisar a operacionalização e atuação dos mercados institucionais em que a Cooperativa Sul Ecológica está inserida, verificando em que medida eles contribuem para ampliar as perspectivas das famílias rurais. Busca-se identificar na operação do programa aqueles pontos em que há contribuição ou entrave ao desenvolvimento rural, seja do âmbito econômico ou nas demais dimensões da sustentabilidade.

Para abordar a operacionalização dos mercados institucionais analisamos seus aspectos positivos e negativos. As aptidões dos programas ao desenvolvimento rural, por um lado, e os aspectos do execução que limitam seu funcionamento, por outro. Assim baseando-se no relato obtido em observação participante, identificam-se os pontos fortes e as fraquezas do programa, da dinâmica organizacional da cooperativa e da atuação dos agricultores envolvidos.

Para desenvolver essa análise partimos de três perspectivas acerca do programa. A primeira delas centra-se no programa em si mesmo, examinando este tipo de mercado do ponto de vista de sua operacionalização, quais são as potencialidades e as fragilidades intrínsecas relativas à sua execução; a segunda diz respeito à manutenção da cooperativa, considerando se a execução destas políticas contribui, ou não, para que a cooperativa progrida e alcance autonomia. A terceira perspectiva diz respeito aos agricultores e famílias envolvidas, examinando o quanto os mercados institucionais contribuem para a afirmação da agricultura familiar.

O estudo apoia-se nos dados coletados através de observação participante realizada junto à Cooperativa Sul Ecológica entre os meses de agosto de 2012 e fevereiro de 2013. Na elaboração deste trabalho contamos com a análise de diversos documentos obtidos do período. A observação deu-se no sentido de compreender o dia-a-dia da cooperativa, sua atuação nos mercados institucionais, seu diálogo com os setores públicos envolvidos, a assistência técnica

dirigida aos seus sócios e as estratégias de reprodução das famílias cooperadas ativas na entidade.

A convivência diária na cooperativa permitiu conhecer o cotidiano da cooperativa, bem como das famílias rurais, considerando a evolução dessa forma de organização desde que se iniciou o Fome Zero e a própria implantação dos mercados institucionais. Essa pesquisa é parte constituinte do projeto de dissertação do mestrado.

Dessa forma, a observação ocorreu em três momentos distintos: a) no trabalho de escritório onde se teve contato com a questão burocrática dos programas (elaboração e acompanhamento dos projetos de venda, prestação de contas e etc.), bem como na relação da cooperativa com o setor público (seja da área de assistência técnica, seja da área operativa das compras institucionais) e demais entes ligados à agricultura familiar (ONG's, associações e outras cooperativas). Nesse caso, buscou-se analisar a extensão e a intensidade dos programas institucionais em relação à coesão social e crescimento econômico da cooperativa. b) observação do trabalho de extensão rural prestado aos agricultores associados, onde se buscou identificar o impacto da atuação nos mercados na vida destes agricultores do ponto de vista da renda auferida pelas famílias. c) observação participante em eventos: i. em que a cooperativa se faz representar; ii. internos da cooperativa (reunião de técnicos, da diretoria e do conselho administrativo). Nestas oportunidades buscamos averiguar a atuação da cooperativa em relação aos demais setores, tendo com pano de fundo a importância dos mercados institucionais para a vida dos associados, mas também para outros atores envolvidos.

Vale destacar a participação que tivemos nas reuniões mensais do Comitê do Fome Zero na cidade de São Lourenço do Sul na condição de representantes da Sul Ecológica. Este órgão é composto pelas entidades que fornecem produtos ao PAA, pela assistência social do município e pelos representantes legais das comunidades beneficiárias do programa. Nestes momentos pode-se notar, além da forma de diálogo da cooperativa, a atuação dos demais atores sociais envolvidos no programa (assistentes sociais, beneficiários e etc.) e a força política das organizações. Vale destacar esta aproximação coincidiu com as eleições municipais políticas, influenciando a posição assumida pelos diversos agentes locais. Através dos documentos obtidos junto à cooperativa, tivemos a oportunidade de conhecer a evolução dos dois programas (PAA e PNAE) do ponto de vista do volume e valor comercializado, bem como as nuances operacionais dos programas e outras informações relevantes contidas nas atas de reuniões, tabelas de acompanhamento dos programas, documentos de prestação de contas, softwares de sistematização de dados, editais e chamadas públicas destinadas a receber propostas de fornecimento de produtos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A cooperativa Sul Ecológica é considerada como pioneira em termos da participação nos mercados institucionais do Sul do Brasil. Igualmente importante é o seu compromisso com a agricultura de base ecológica. Sua criação é resultado da influência exercida por organizações ligadas às igrejas luterana e católica da região de São Lourenço do Sul e Pelotas. Esses agricultores ecologistas sentiram a necessidade de criar um órgão que os representasse perante os mercados através da implantação de alguns projetos pilotos destinados ao abastecimento da merenda escolar nos municípios da região sul.

A Sul Ecológica surge formalmente em 2001 com o intuito de auxiliar na organização e planejamento da produção obtida pelos agricultores familiares ecologistas. Atualmente a cooperativa conta com 280 associados, sendo que um terço deles são mulheres. Os produtores associados se distribuem em oito municípios da região (Pelotas, Canguçu, São Lourenço do Sul, Arroio do Padre, Morro Redondo, Turuçu, Cerrito Alegre e Herval), incluindo agricultores familiares, comunidades remanescentes de quilombos e trabalhadores assentados pela reforma agrária. Estas famílias produzem basicamente hortaliças, frutas, cereais, produtos de origem animal (ovos e mel) e alguns artigos transformados artesanalmente (schimiers, compotas e sucos).

Para facilitar o fluxo de informação e descentralizar o poder decisório a cooperativa encontra-se dividida em núcleos de produtores dispersos nas regiões em que há presença dos sócios. Cada núcleo é composto por no mínimo cinco famílias de agricultores ecológicos, havendo um coordenador que é responsável pelos pedidos e por representar o grupo no conselho administrativo. Os grupos reúnem-se periodicamente. O conselho reúne-se a cada três meses, sendo o órgão decisório máximo da cooperativa (subordinado apenas à Assembleia Geral). É composto por representantes dos 28 grupos e por membros da diretoria (Secretários, Tesoureiro, Presidente e vice). Apenas os 28 representantes têm direito a voto. É neste espaço de interlocução que são debatidos os principais assuntos da cooperativa.

Convém destacar que desde o ano de 2011 a cooperativa possui certificação via OCS (Organismo de Controle Social), garantindo, desse modo, a venda direta ao consumidor sem a necessidade de selo ou etiqueta. Essa condição é facultada pela Lei 10.831 de setembro de 2003. A OCS possui a função de orientar o produtor quanto à qualidade dos produtos, fiscalizar e corrigir quaisquer irregularidades, além de garantir o direito de visita do consumidor às propriedades que praticam a agricultura orgânica ou ecológica.

A Cooperativa participa dos mercados institucionais desde sua criação, tal como aludimos anteriormente. Atualmente os principais mercados da cooperativa são o PAA e o PNAE. Além disso, a Sul Ecológica conta com um ponto de venda (loja) situado na sede da cooperativa em Pelotas, incluindo também as feiras ecológicas promovidas por alguns sócios em alguns pontos da cidade de Pelotas. O PAA e o PNAE figuram como os principais mercados da cooperativa, sendo que no primeiro semestre de 2012 o PAA movimentou nada menos que 300 toneladas de produtos, enquanto o PNAE alcançou seis toneladas (dados apresentados pelo conselho administrativo em reunião realizada em dezembro de 2012).

O mercado do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) traz a possibilidade de uma venda constante no ano, com um preço fixo e sem envolver atravessador, já que é a própria cooperativa que faz as entregas direto às comunidades beneficiadas. O Programa compra os alimentos, dispensando o processo de licitação, por preços de referência-calculado com base na média de preços exercidos nos últimos três anos nas CEASA's (Centrais De Abastecimento Do Rio Grande Do Sul S.A) regionais, sendo que os produtos orgânicos possuem um acréscimo de 30% no seu preço. Em 2012 o limite de compra era de R\$ 4.500,00/ano por agricultor familiar enquadrado nos critérios que regem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os alimentos são fornecidos às pessoas em risco de insegurança alimentar e atendidas pelo Programa Fome Zero através de entidades (muitas vezes religiosas) credenciadas, associações ou órgãos de representação. São distribuídos em comunidades carentes, associações quilombolas ou indígenas, asilos, orfanatos entre outros previamente inscritos no PAA. Segundo documentos fornecidos pela cooperativa Sul Ecológica, no ano 2012 houve a comercialização de produtos via PAA's em três municípios da região (Pelotas, São Lourenço e Santa Vitória).

Uma das queixas dos agricultores reiteradas nas reuniões de grupo e do conselho corresponde ao baixo valor pago pelos produtos. A diversidade de produção também é uma meta do programa, tendo em vista o fato de que as populações não apenas tenham o que comer, mas que haja um cardápio diversificado e nutritivo. Alcançar essa diversidade produtiva, aliada a uma constância de produção é um dos desafios da cooperativa, sendo expresso nas conversas com parceiros, durante a realização dos seminários, nas reuniões do conselho administrativo, nas reuniões de técnicos e etc. A qualidade dos produtos também é um tema debatido nestes encontros, principalmente devido às reclamações das comunidades beneficiárias. Outra grande queixa é a demora na renovação do projeto, o qual é anual e depende da aprovação da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Isso pode levar

meses, desmotivando as famílias, sobretudo quando estas não contam com outros mercados para escoar produtos que, via de regra, são altamente perecíveis.

O PAA é o principal mercado da cooperativa, em termos de volume de compras e recursos disponibilizados. A entrega ocorre a cada 15 dias, nos três municípios. Em Pelotas e São Lourenço o caminhão recolhe os produtos nos grupos e os entregam às entidades. A entrega é intercalada: uma semana em cada município. Em Santa Vitória, um caminhão contratado recolhe a produção, previamente estocada, na sede da cooperativa. Os pedidos são programados por contato telefônico com agricultores, anteriormente a data do recolhimento.

Outra importante política pública, do ponto de vista social e rural é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual trabalha com a compra de produtos da merenda escolar, sem a necessidade de licitação, ocorrendo por meio de chamada pública das escolas ou secretarias de educação. A chamada discrimina os gêneros e quantidades planejadas por uma nutricionista (exigência do programa) para alimentação escolar de um dado período. Não é necessário, diferentemente do PAA, a organização formal dos produtores para o fornecimento dos produtos, desde que possuam DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf- Documento emitido) é permitido a venda dos alimentos por meio de organização informal. A prioridade da compra é de grupos ou famílias do município ou região e de fornecedores de produtos orgânicos. O PNAE mostra-se como alternativa de mercado aos produtores da cooperativa. Embora tenha força de lei, muitas escolas e redes de ensino ainda não compram os 30% de produtos da agricultura familiar. O pedido é feito por telefone, como no PAA, mas são priorizados, por questão de logística aqueles produtores residentes em locais próximos às escolas. O PNAE tem remunerado melhor o agricultor, embora o volume de compra seja inferior ao contratado pelo PAA. São estes alguns dos motivos pelos quais a Cooperativa Sul Ecológica tem investido nesse mercado e buscado fontes de diálogo para expandi-lo. É preciso recordar que se trata de uma região onde há milhares de explorações familiares integradas às empresas fumageiras e que buscam alternativas econômicas viáveis para deixar de plantar tabaco.

A questão da qualidade dos produtos também é debatida em relação à merenda escolar, sendo alvo de muitas reclamações das merendeiras (responsáveis pelo preparo de alimentos nas escolas), sobretudo porque estas não estão cientes da importância do consumo de produtos de qualidade e produzidos segundo os princípios da agroecologia. Também se busca a constância e diversidade de produção para atender com eficácia o mercado, tendo em vista que o equilíbrio nutricional dos cardápios é cobrado insistentemente pelas nutricionistas responsáveis pela elaboração dos cardápios nas escolas. No contato direto com os agricultores

pode-se evidenciar as justificativas para a não regularidade de produção e da entrega, entre as quais, constam: intempéries climáticas, falta de mão de obra, dificuldade com pragas e doenças por se tratar de um produto orgânico e a pouca valorização dos produtos por parte dos operadores do programa em nível local.

Esse contato com a realidade mostrou-nos a necessidade de uma planificação das atividades, identificando também os aspectos positivos e negativos da instituição dos mercados em relação a operacionalização dos programas, à organização cooperativa e da própria relação dos agricultores com outros atores locais. Vale ressaltar que entendemos que esse tipo de política está perfeitamente identificado com as dimensões econômica, social, ambiental, política e cultural do desenvolvimento sustentável preconizadas por CAPORAL e COSTABEBER (2007). No espaço a seguir abordamos alguns dos resultados colhidos nesse contato com a realidade segundo tópicos que nos parecem cruciais destacar:

Os Mercados Institucionais, aspectos positivos:

A certeza de compra ininterrupta durante um determinado período confere segurança aos produtores e às suas famílias. A própria proposta do programa já traz implícita a importância conferida à **dimensão social**, tanto no sentido de quem planta, como no de quem consome, ao mesmo tempo em que visa assegurar a segurança alimentar e nutricional da população (pessoas em situação de risco, escolares e etc.). Trata-se, igualmente, da valorização e afirmação da agricultura familiar, abrindo espaço para que haja uma ampliação do espaço desta forma social de produção nas esferas decisórias (conselhos de desenvolvimento, grupos gestores, etc.) o que por si só contempla uma potencialidade **política**. A necessidade de articulação entre diversos setores públicos e instituições sociais para que os programas aconteçam é vital para a continuidade dos programas (PAA e PNAE). Não menos importante é a valorização dos saberes dos produtores e a promoção do diálogo e o comprometimento de várias esferas da sociedade. Desse modo, não cabe dúvida acerca a relevância da **dimensão cultural e ética** destas políticas públicas, assim como do potencial a ser explorado para aperfeiçoar estes programas.

Uma das principais potencialidades, sem sombra de dúvidas, é a dimensão **ambiental**, dado que um dos seus pontos fortes é a valorização da produção orgânica. Isso porque no PNAE os fornecedores orgânicos são privilegiados nos processos de licitação, bem como pelo fato de que em ambos os programas (PAA e PNAE) existe uma valorização econômica de 30% em relação ao convencional.

Os Mercados Institucionais e os aspectos negativos:

Há vários problemas com relação aos mercados institucionais. O fato de existirem representa um avanço da agricultura familiar no sentido de ampliar suas possibilidades. Como **fragilidades políticas** pode-se destacar a demora em renovar os projetos (PAA), tanto pelas dificuldades burocráticas enfrentadas pelos órgãos executores do programa quanto à em virtude da volumosa documentação exigida. Por parte do PNAE como fragilidade política figura em destaque a falta de informação e/ou desinteresse dos órgãos públicos em incentivar, fiscalizar e promover os editais de chamada para aquisição de alimentos.

É um aspectos negativo em relação a dimensão **econômica** a demora de liberar o recurso (PAA) devido ao extenso período de análise da prestação de contas. Esse fato acaba por levar os agricultores a desistirem de fornecer produtos ao programa. Se por um lado o grande volume adquirido é uma vantagem econômica do PAA, o baixo volume de compras é uma desvantagem do PNAE. Podemos considerar um aspecto negativo na dimensão econômica e ambiental, no sentido de no sentido de estímulo a produção ecológica.

O contrário ocorre com a dimensão econômica nos dois projetos se no PNAE ela é uma potencialidade- no sentido de valorar os produtos, no PAA é uma fragilidade no sentido de preços desvalorizados.

A Cooperativa Sul Ecológica e os aspectos positivos:

A compra garantida e o preço fixo são garantias econômicas dos mercados que se transformam em **potencialidade econômica** para a cooperativa. O fato de possuir quilombolas e assentados da reforma agrária em seu quadro social a participação nos mercados institucionais configura-se como uma vantagem e estímulo à **dimensão cultural e social** na medida em que promove a inserção social destas pessoas garantindo a sua reprodução e afirmação sociocultural desses atores. No âmbito **político** os aspectos positivos dos mercados institucionais para a cooperativa se dão no sentido de fomentar o consumo local e a afirmação de organizações sociais. No **âmbito ambiental** o mercado institucional configura-se como principal mercado de alimentos orgânicos da região, estimulando assim o desenvolvimento e afirmação da agricultura de base ecológica destinada a estes mercados.

A Cooperativa Sul Ecológica e s aspectos negativos:

As **fragilidades econômicas** situam-se principalmente na demora em proceder à prestação de contas por questões internas em relação ao talão do produtor. As **políticas** concernem à demora em conseguir os documentos das comunidades para renovar os projetos PAA e a dificuldade de diálogo com o setor público em relação às merendas escolares. Também há um entrave **ambiental** no sentido de conseguir constância e diversidade de produção.

Agricultores familiares e ecológicos e os aspectos positivos:

As possibilidades que conectam os agricultores e os mercados institucionais podem ser: **econômicas** no sentido de valorizar a agricultura familiar e de base ecológica; **culturais** no sentido de contribuir para que o agricultor fique no meio rural; **ambiental** no sentido de fomentar a diversidade de produção; **política e ética** no sentido de valorizar a mão de obra local e fomentar organizações sociais para que esses agricultores se reconheçam e reúnam forças.

Agricultores familiares e ecológicos e os aspectos positivos:

Falta de mão-de-obra e de sucessor para manter a atividade produtiva e assim garantir a reprodução da família rural configuram-se como fragilidades **culturais e sociais**. **As questões políticas** vão ao sentido da insegurança dos agricultores em que o programa acabe visto que é uma política pública dependente da gestão. As fragilidades **econômicas** se dão em relação à desvalorização dos preços e **as ambientais** em relação a má qualidade do produto- o que denota algum tipo de dificuldade no manejo e produção.

Assim, podemos ver que no caso da Sul Ecológica, embora existam entraves nas diversas dimensões da sustentabilidade, há também vantagens. Como a construção e afirmação de uma rede local de comercialização da produção ecológica e familiar. Os mercados institucionais promovem a participação e interação de diversos atores (BECKER, 2010). Também, é em parte responsável pela manutenção desta organização cooperativa o que podemos enxergar como um avanço ao fortalecer o associativismo cooperativo. Assim, nos últimos anos enxergamos o aumento no número destas cooperativas na região, todas visando atender estes mercados.

Por isso, este estudo reforça a ideia de que os mercados institucionais são ferramentas para o desenvolvimento sustentável. Embora muitas questões precisem ser estudadas e aprimoradas, nota-se como esse tipo de comercialização vem crescendo e afirmando diversos setores da sociedade que se encontra em situação de risco econômico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise dos aspectos positivos e negativos permite que observemos a vantagem da intervenção estatal na dinâmica produtiva da agricultura familiar, garantindo um mercado com preço justo e constante para escoar sua produção. As desvantagens giram em torno da operacionalidade do programa e das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar da região. É necessário que o desenvolvimento de tais políticas públicas atente para o fato que o desenvolvimento rural vai além do desenvolvimento econômico. Uma simples garantia de mercado não garante as melhorias sociais e econômicas. Elas se dão quando combinadas em

organizações cooperativas ou com outras medidas públicas como o custeio da produção e de afirmação e inserção social.

Outra grande questão que queremos destacar é a dependência que as famílias cooperadas criam destes mercados. Tais políticas devem vir a fortalecer a agricultura familiar e os atores nela inseridos dando-lhes autonomia para explorar seu próprio espaço no mercado de produtos agrícolas. Assim são necessários estudos em longo prazo que possam apontar se a relação econômica nos mercados institucionais permite ao agricultor desenvolver sua produção e comercialização de forma independente. É preciso uma agenda de pesquisa que explore a possibilidade de aplicação da renda obtida com as vendas institucionais em melhorias na estrutura produtiva da propriedade. Essa situação permitiria um desenvolvimento nas propriedades em relação a sua grande limitação produtiva (escassez e precariedade na tecnologia produtiva e mão de obra) fazendo com que assim os programas governamentais fossem realmente capazes de desenvolver o meio rural

Assim concluímos que os mercados institucionais inserem-se com grande importância na promoção do desenvolvimento rural e da agricultura familiar. Esses programas são responsáveis pela geração de renda de muitas famílias rurais. Para ir além é necessário, porém, que tais programas sejam articulados com outras iniciativas no meio rural que permitam um desenvolvimento social e tecnológico das unidades produtivas. Somente assim os mercados poderão desenvolver todo seu papel social e econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar- entrevista cedida ao GIPAF. disponível em <http://ricardoabramovay.com/tag/agricultura-familiar/> Acesso em 27 de fev.de 2014

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Síntese Universitária, 2001. p.120.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. v. 1, n2, ago 2006. p. 123-151

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. As novas possibilidades de comercialização na agricultura familiar: o fornecimento de alimentos aos mercados institucionais.. In: XVII CIC E X ENPOS UFPel, 2008, Pelotas. Anais do XVII CIC E X ENPOS UFPel, 2008.

_____. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BECKER, C. ; COSTA, L. C. ; SACCO DOS ANJOS, F. . Consumo social e mercados institucionais: a agricultura familiar frente aos mercados de qualidade. In: XIII Encontro de Pós-Graduação da UFPel, 2011, Pelotas. Anais XIII Encontro de Pós-Graduação da UFPel, 2011

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão; WEIS, Bruno. O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local. v. 10, 2011.

CAMARANO, A. ABRAMOVAY. R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: um panorama dos últimos 50 anos**. IPEA, 1998 Texto para discussão nº 26.

CARMO, M. S. do À Produção Familiar como Locus Ideal da Agricultura Sustentável. Agricultura em São Paulo. São Paulo, v.45, n.1, p.1-15, 1998.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In Anais do Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, 1, 2002, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria. Pallotti, 2003.

CEA D'ANCONA, M. A. Metodologia quantitativa: estratégias y técnicas de investigación social. Capítulo 2. El análisis de la realidade social.. Madrid: Síntesis, 1998. pp. 43-62

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Porto Alegre: GEPAD-UFRGS, 2005

GRISA. A produção" pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação. 2007.

_____. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Anais... Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, v. 26, 2009.

GRISA, C.; SCHIMIDT, C.; MATTEI, L.; MALUF, R.; LEITE, S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. SEMINÁRIO TEMÁTICO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA). Action Brasil. Juazeiro-BA, v. 24, 2009.

IBGE Censo AGROPECUÁRIO,. Disponível em:< <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 de março de 2014

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos avançados*, 2001. v.15 n.43, p 83-100.

MULLER, A. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007.

OLIVEIRA, J. T. A. Lógicas Produtivas e Impactos Ambientais: Estudo Comparativo de Sistemas de Produção. 2000. 284p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Unicamp, Campinas, 2000

OLIVEIRA, Maria Katherine Santos; MELO, Regina. Redes solidárias e mercado justo: alternativas para a planetariedade sustentável. T&C da **Amazônia Créditos| Mapa do Site**.

SACCO DOS ANJOS, F. A agricultura familiar em transformação: o surgimento dos part time farmer's em Santa Catarina. In: Congresso brasileiro de economia e sociologia rural. Brasília, 1994. Anais: Brasília: SOBER, 1994. v. 1. p. 442-449.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V.; BEZERRA, A.J.A. Entre o daguerreótipo e o calidoscópio: o rural e o agrário na perspectiva dos programas de pós-graduação em Ciências Agrárias do Brasil. RBPG. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 4, p. 7-24, 2007.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Brasília: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, 2003. v. 20, n. 1, p. 11-4

SACCO DOS ANJOS DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 2005. v. 26, n. 1, p. 661-694.

_____. Pluriactividad y sucesión de la agricultura familiar en el sur de Brasil. **Perspectivas Sociales**, 2006. v.8, n.2. p. 61-92

SACCO DOS ANJOS DOS ANJOS, F. S., CALDAS, N. V, GRIEP, M. H. Mudanças nas práticas de autoconsumo dos produtores familiares: estudo de caso no sul. **Agroalimentaria**, Mérida, Venezuela; v. 16, n. 3, 2010. p 115-125

SCHNEIDER, Sergio. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1995. v. 16, n. 1. p.105-129

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 2006.

SCHNEIDER, Sergio et al. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SILVEIRA, D. T. e CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. Unidade 2. In Métodos de Pesquisa GEHARDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (organizadoras). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. pp. 31 -43.